

A Economia como ciência social e moral

*(Algumas observações sobre as raízes
do pensamento económico neoclássico:
Adam Smith ou Mandeville?)*

Adelino Torres¹

*Em memória do
Professor Armando Antunes de Castro (ISEG e
OCDE),
amigo de sempre, que teria compartilhado estas ideias.*

Este trabalho tenta discutir a assimilação entre os pressupostos teóricos das correntes neoclássicas modernas - pelo menos de algumas delas² - e ideias enunciadas na obra de Adam Smith, fundador da economia no século XVIII.

Pretende-se demonstrar que, contrariamente às pretensões neoclássicas, não há razões sólidas para que estes legitimem as suas teses com base no pensamento daquele autor. Tal como se sugere apenas (sem o desenvolver embora) é provavelmente do lado de Bernard de Mandeville e da sua *Fábula das Abelhas*, que se encontram as origens do *individualismo egoísta* e conservador da economia ortodoxa neoclássica.

Para esse efeito equacionaremos, em primeiro lugar, conceitos e pressupostos destas correntes. Procederemos em seguida a algumas comparações tendentes a mostrar que, a nosso vêr, o universo smithiano, complexo e centrado no homem, é estranho ao reducionismo da economia convencional onde, justamente, o ser humano é evacuado.

¹ Professor Catedrático do ISEG/Universidade Técnica de Lisboa. Comunicação ao “*1º Congresso Português de Sociologia Económica*”, Lisboa, 4-5-6 de Março de 1998 (Organizado pelo Socius/ISEG na Fundação Calouste Gulbenkian). Este artigo foi posteriormente publicado na revista *Episteme* (Lisboa), nº 2, 1999.

² Como é evidente, o pensamento liberal é demasiado rico para ser reduzido à teoria dita *neoclássica*, a qual, por sua vez, se exprime em várias correntes que diferem não apenas na forma mas igualmente em aspectos filosóficos importantes, da heurística à metodologia. Não sendo objecto deste trabalho tratar a teoria (ou as teorias) neoclássica enquanto tal, mas apenas

?

Uma parte substancial da ciência económica de hoje, nos sectores internacionais mais influentes, parece estar mais empenhada em resolver “*enigmas*” do que em equacionar *problemas*. Para muitos economistas, nomeadamente aqueles que se preocupam com o lugar sua disciplina na sociedade, o panorama é pouco animador.

Se se pode dizer que o processo se iniciou praticamente entre o final do século passado e o principio deste século, o fenómeno acentuou-se a partir do início dos anos 70, altura em que a economia keynesiana começou a ser abandonada e as políticas (mais do que as teorias propriamente ditas) de desenvolvimento aplicadas nos países do sul não respondiam as expectativas anteriormente criadas.

G. Bachelard dizia que no pensamento científico a mediação do objecto pelo sujeito toma sempre a forma de projecto³. Mas, no plano teórico, desde a substituição da “*Economia Política*” clássica por uma “*Ciência Económica*” em busca do estatuto de “*ciência dura*” e de uma cientificidade inspirada nas teorias newtonianas da física, ou sugeridas pelas ciências naturais, a situação mudou. A extensão sem limites do império da técnica e a dominação das teorias liberais fez com que o homem perdesse essa mediação e a economia o seu projecto central que a caracterizou durante muito tempo.

No dizer de René Passet “a racionalidade neoclássica - que é somente a realidade de um certo tipo de cálculo económico - deixou-se progressivamente fechar nas suas contradições e limites”⁴. Tudo indica que esta situação é insustentável e que, pouco a pouco, o critério exclusivo da “*coerência interna*” dos modelos cederá espaço a uma maior, senão preponderante, “*adequação ao real*”. Os percursos metodológicos a percorrer irão da multidimensionalidade à interdependência com a natureza; da distinção entre a acção económica e o mercado (este como modalidade daquela), à organização de sinergias que harmonizem a lógica do homem e a lógica da produção...

interrogar a origem de alguns axiomas mais comuns e a sua pretendida filiação a Adam Smith, somos forçados a alguma simplificação com vista a melhor questionar certas hipóteses

³ Gaston Bachelard 1958

Nas teorias neoclássicas, *ortodoxas* ou *convencionais*, como lhes queiramos chamar, a ciência é entendida como a busca de proposições cognitivas totalmente independentes de proposições normativas: só a *positividade* das primeiras assegura o carácter de cientificidade inspirado na metodologia das ciências da natureza⁵.

Porém, longe de ser “neutra” ou “positiva” como pretende, a teoria neoclássica é de facto uma disciplina normativa que promove juízos de valor - o que é legítimo. Mas fá-lo amiúde dissimuladamente, o que é menos aceitável⁶.

Há um número sem fim de exemplos, tanto da natureza normativa dos conceitos neoclássicos como das tomadas de posição política dos economistas liberais em estreita conjugação com os primeiros. É óbvia a existência de uma metafísica utilitarista e paretiana, traduzida, em juízos de valor que podem ser colhidos com facilidade na literatura económica. Do utilitarismo clássico: “é necessário maximizar a soma das utilidades individuais”; às teses de Pareto: “o bem-estar social só depende dos bem-estar individuais”, “o indivíduo é o único juiz do seu próprio bem-estar”, “o bem-estar aumenta quando o bem-estar de pelo menos um indivíduo aumenta sem que o de nenhum outro diminua”⁷ etc..

A aplicação indiferenciada de determinadas “leis” a todas as economias, seja qual for o seu estado de desenvolvimento, a que Hirschman chamou com propriedade o *monoeconomismo*, tem estado na origem de muitas das controvérsias entre ortodoxos e heterodoxos. No entanto, contrariamente ao que está implícito nos modelos dos primeiros, parece óbvio que numa economia pobre onde os *mecanismos de afectação de recursos*, por exemplo, não são apoiados em medidas redistributivas colectivas resultantes de, suponhamos, uma segurança social e sistemas de recenseamento e tributação eficazes, “pode facilmente privar uma parte considerável dos pobres da sua cidadania. Estes não são, então, meramente pobres, mas destituídos” (Dasgupta 1994).

⁴ René Passet, “Préface” in Jean-Paul Maréchal 1997.

⁵ A discussão sobre ciência normativa e positiva, aplicada ao caso da economia, é bastante antiga. Basta relembrar o texto de John Neville Keynes, *The Scope and Method of Political Economy*, Londres, 1930 e o textos injustamente esquecidos de Bertrand Nogaro, *La Méthode de l'Économie Politique*, Paris, 1939 e *La valeur logique des théories économiques*, Paris, 1947. Sem falar do conhecido Mark Blaug 1994 (a edição portuguesa é preferível à edição francesa das edições Economica, por se tratar de uma 2ª edição revista e ampliada).

⁶ Maréchal 1997.

⁷ Exemplos recolhidos in: A. Mingat et alii 1985.

Autores neoclássicos da “teoria do bem-estar” (*welfare*), cujo objecto é proporcionar ao Estado modelos de escolha que lhe permitam tomar decisões susceptíveis de criar as condições de concorrência pura e perfeita, para chegar ao *bem-estar ótimo*, pretendem que esta faz parte da “economia positiva”. No seguimento de Mark Blaug⁸ cuja tese é contrária, H. Brochier sustenta que a economia do bem-estar é fundamentalmente normativa, na medida em que se baseia em três postulados que são autênticos juízos de valor: a autonomia das escolhas do consumidor; a exclusão de qualquer outro elemento constitutivo do bem-estar que não sejam as escolhas individuais; a adopção de uma nova *alocação* só se pode fazer se houver unanimidade. Ora esses postulados, acrescenta Brochier, não são postulados metodológicos como se pretendeu durante muito tempo, mas critérios éticos que podem ser discutidos e que, aliás, estão longe de recolher a unanimidade das opiniões⁹.

De uma maneira geral é possível dizer que, na teoria ortodoxa moderna, em vez de uma ciência das relações económicas entre os homens, como acontece com as teorias heterodoxas, estamos perante um cientismo cujo objecto é a relação entre os homens e as coisas, ou seja de “um capítulo da praxeologia”¹⁰ no qual o próprio homem é “*coisificado*”. Uma tal economia, separada das relações sociais, deixa de ser uma ciência social. Também não é crível que a teoria convencional tenha resolvido o problema clássico da filosofia moral, que consiste em saber se o comportamento moral é individualmente racional, embora essa seja uma das questões que aborda. Contudo, como assinalou Partha Dasgupta, se individualmente as pessoas não estiverem dispostas a agir moralmente, a sociedade enfrenta um problema colectivo. E “não há razão nenhuma para pretender que a teoria convencional assenta na hipótese de lealdade por parte dos agentes morais e que, em particular, demonstra a superioridade económica de uma sociedade em que a confiança é encorajada”¹¹.

Especialmente em determinadas modalidades do utilitarismo contemporâneo o homem tornou-se mero instrumento ao serviço de uma racionalidade onde as finalidades éticas ou morais desapareceram. A sua presença é, quando muito, tolerada se as

⁸ Mark Blaug, 1992: 188 e sgs.

⁹ Hubert Brochier, 1995.

¹⁰ Oskar Lange 1986: 223.

¹¹ Cf. Partha Dasgupta 1994.

motivações dos seres humanos permanecerem *puras, simples e práticas*, virgens de *sentimentos* nefastos como a *benevolência* ou o *sensu moral*. Como notou Alain Caillé¹², esse utilitarismo deve, no entanto, se apreendido em três registos:

a) o *utilitarismo prático* correspondente ao senso comum do calculismo interessado e que é possível subdividir em *utilitarismo prático sofisticado* (calculismo com vista a interesses superiores, como por exemplo religiosos ou altruístas), em *utilitarismo vulgar* (cujos objectivos são meros interesses egoístas) e em *utilitarismo economicista* (procura a obtenção de interesses egoístas materiais);

b) por sua vez o *utilitarismo teórico* constitui a hipótese de base das ciências sociais e é, como diz A. Caillé, uma “axiomática do interesse”, onde os homens são sujeitos egoístas, independentes e calculistas;

c) finalmente o *utilitarismo normativo* ou filosófico pressupõe que é justo ou virtuoso o que contribui para a maximização do bem-estar ou felicidade de todos ou da maioria.

Amartya Sen surpreende-se ao verificar o contraste entre o carácter “não ético” da economia moderna e as suas raízes históricas, interrogando-se sobre o modo como ela conheceu uma tal evolução e acabou por caracterizar a motivação humana em termos tão espectacularmente estreitos¹³.

As tradições ética¹⁴ e mecanista¹⁵ têm ambas um papel no nascimento e evolução da disciplina, mas a importância da primeira decresceu radicalmente enquanto a segunda

¹² Alain Caillé 1993.

¹³ Amartya Sen 1993.

¹⁴ Para Lalande, segundo a formulação mais usual a Ética tem por objecto o juízo de apreciação aplicado à distinção entre o bem e o mal. Historicamente a palavra “Ética” foi aplicada à Moral sob todas as suas formas, quer como ciência quer como arte de orientar a conduta. Tomada na sua acepção mais próxima das ciências sociais, a Ética será a ciência que toma por objecto imediato os *juízos* de apreciação em relação a actos qualificados como bons ou maus. As questões da Moral e da Ética são frequentemente misturadas mas, diz-nos Lalande, isso não exclui uma distinção clara entre as duas definições. A “Moral”, por sua vez, pode ter vários significados. No seu sentido durkheimiano ela diz respeito aos costumes ou a regras de conduta admitidas numa determinada época. Durkheim sustenta que um facto moral é normal para um tipo social determinado “quando o observamos na média das sociedades dessa espécie”. Nesse sentido, chamar-se-á “realidade moral” o conjunto de costumes e de juízos relativos aos costumes que podem ser objecto de observação e de constatação. Cf. André Lalande, *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*, Paris, PUF, 16ª Ed., 1988.

¹⁵ Em filosofia, o conceito de “mecanismo” (ou “mecanicismo”) pressupõe que o mundo funciona como uma grande máquina. É mecanista o pensamento que estabelece que todos os fenómenos observáveis (designadamente a vida) devem poder explicar-se em última instância pelas

floresce em múltiplos paradigmas que entroncam na economia dita “positiva”. Por definição esta rejeita o empreendimento normativo moral em nome da cientificidade. O problema é que, nesta versão exclusivista, a economia moderna empobreceu-se de maneira inquietante à medida que tem vindo a aumentar a distância entre ela e a ética ¹⁶.

Ora uma das suas especificidades, como das outras ciências sociais, é justamente ter por objecto da sua investigação acções humanas. Porém, a compreensão dessas acções pela ortodoxia não é facilmente conseguida nem com uma axiomática ontológica desligada do concreto - na medida em que se trata de um *concreto* imaginado, reduzido a um só factor explicativo como o “egoísmo” - nem com o uso de uma metodologia sem critérios seguros de demarcação cujos pressupostos funcionam com parâmetros *infalsificáveis* (Karl Popper).

Por outro lado, quando as hipóteses *ad-hoc* procuram uma verificação empírica e encontram na *experimentação* um desmentido frequente - resultante, quer do seu irrealismo, quer da dificuldade da predição em economia - raramente são abandonadas¹⁷ pela ortodoxia.

À primeira vista tudo se passa como se, no confronto entre a abstracção da teoria e o concreto da realidade, este último aspecto não tivesse afinal qualquer importância. Ou, o que é mais grave ainda, esse *concreto* é um “*concreto imaginário*”, uma abstracção que não assume nenhum compromisso efectivo com vista ao seu cumprimento efectivo.

Cremos que se aplicam aos neoclássicos as objecções que Popper formulou em relação aos “convencionalistas” da física teórica, para os quais “a ciência teórica natural não é um retrato da natureza, mas apenas uma construção lógica” pelo que, segundo “o modo de ver convencionalista as leis da natureza não são falsificáveis por observação”. Apesar do inegável valor de que se reveste em vários aspectos e da sua coerência interna, é “um sistema positivamente inaceitável” na medida em que procura na ciência um sistema

relações de causa a efeito que a física teórica descreve entre os corpos que constituem o universo.

¹⁶ Cf. Sen 1993

¹⁷ Fala-se aqui do *falsificacionismo* popperiano na sua acepção “sofisticada” (que traduz de facto o pensamento do autor), e não do “falsificacionismo ingénuo” de que alguns o acusaram sem razão. Note-se igualmente que não se trata de simplesmente abandonar qualquer teoria refutada - para além da “teoria da persistência” a observar normalmente - mas apenas de eliminar, como o próprio Popper afirmou várias vezes, as que se pretendem **verdadeiras** (definitivamente verdadeiras), o que é muito diferente.

de conhecimento alicerçado em bases definitivas”. Assim, mesmo quando, em situações de crise, aparecem experimentações ou elementos que põem em causa as suas premissas, “o sistema permanecerá inabalado aos olhos do convencionalista. Ele afastará as incoerências que possam ter surgido, aludindo, talvez, ao facto de não dominarmos suficientemente o sistema. Ou eliminará as incoerências, sugerindo a adopção de certas hipóteses auxiliares *ad hoc* ou, talvez, certas correcções nos instrumentos de medida”¹⁸.

Num plano mais empírico, Keynes também lembrava que a sua crítica da teoria clássica “consistiu menos em relevar os erros lógicos na sua análise, do que pôr em evidência o facto de que as suas hipóteses implícitas não são nunca ou quase nunca verificadas e que, por isso, é incapaz de resolver os problemas do mundo concreto”¹⁹. A crítica de Keynes continua plenamente actual no que se refere à ortodoxia neoclássica...

De uma maneira geral, o actual predomínio na ciência económica de teorias *infalsificáveis*, contrárias ao que é suposto definir o próprio conceito de ciência na linha de Karl Popper, embora não seja um fenómeno novo²⁰ nem circunscrito às teses neoclássicas - o “*marxismo-leninismo*” sofreu do mesmo mal - surge como uma questão preocupante e da maior importância.

De igual modo, a compreensão (no sentido weberiano) das acções também não é possível com o uso de conceitos que, constituindo o instrumental dessas teorias, ignoram a complexidade ou procuram reduzi-la a uma espécie de lógica unidimensional algorítmica.

Conceitos como *interesse egoísta*, *maximização da satisfação*, *homo oeconomicus* ou a parábola de *Robinson Crusoe*, podem sem dúvida desempenhar um papel importante na clarificação de ideias e ajudar mesmo a delinear fronteiras disciplinares. Mas é duvidoso que preencham as lacunas deixadas pela interpretação subjectivista de um contexto multi-facetado e em permanente mudança, que não se esgota numa área de especialização, num corpo teórico ou num método²¹.

¹⁸ Karl Popper 1972: 82-85.

¹⁹ John Maynard Keynes 1986: 392.

²⁰ É conhecida a tese de Milton Friedman segundo a qual os economistas não só não se devem preocupar com pressupostos “realistas” como até é vantajoso que esses pressupostos não o sejam. Vd. Milton Friedman, *Essays in Positive Economics* (1953), Chicago, The University of Chicago Press, pp. 3-43. Em português, ver o comentário de Blaug 1994, pp. 146-154.

²¹ Vd.: Manuel Jacinto Nunes 1997.

É admissível que os modelos procurem captar a diversidade empírica, retendo traços julgados pertinentes e representativos das acções práticas efectivas. Ou que transponham para a (ou retenham da) abstracção o que for pertinente para a determinação teórica das problemáticas. Mas não se pode esquecer que, por definição, também afastam o que lhes escapa na desordem do real²² sem que estejamos em condições de averiguar se a “verdade” captada é a “verdade essencial” ou a sua aparência.

Um exemplo é o *homo oeconomicus* visto numa dupla perspectiva: como um indivíduo *prático* (na medida em que há actores económicos) e como uma representação teórica. Quer num caso quer noutro, por razões eventualmente diversas, a modelização pode desembocar num discurso fechado sobre si próprio. Se assim for, não traduzirá provavelmente a “verdade essencial” correspondente a determinada acção ou situação. Antes corre o risco de alimentar retóricas ou “leis”, porventura lógicas em si mas contraditórias com a análise científica que se propõe justamente dar conta das acções efectivas.

Um economista prestigiado como é o caso de Robert E. Lucas Jr. pode, legitimamente, considerar que embora o “homem económico” seja “um *robot* constitutivo de um sistema económico artificial” tem apesar de tudo “provado ser uma abstracção flexível e útil” embora não seja seguramente “uma imagem completa daquilo que a natureza humana é, ou deveria ser”²³. No entanto, esta visão, ainda que moderada e que não parece partilhar das interpretações extremas que frequentemente ocorrem, é, no fundo, a de um instrumentalismo da teoria económica onde contam mais os meios do que os fins.

E se, de facto, o *homo oeconomicus* é uma abstracção cuja principal função não é de *descrever* os comportamentos humanos, convém não perder de vista que a sua normalização resulta frequentemente na legitimação do “modelo” em prejuízo do ser real. O resultado é que se o condicionamento especular da noção de *homo oeconomicus* começa como um exercício intelectual - admitamos que eventualmente neutro - os imperativos de uma racionalidade económica, onde os fins contam pouco e os meios tudo ou quase tudo, acabam por transformá-lo numa manipulação ao serviço de um *cientismo* dúplice que está longe de ser inocente.

²² Vd Pierre Demeulenare 1996.

²³ Robert E. Lucas Jr., 1994.

Keynes, que nunca pactuou com esse jogo de espelhos, mostra, pelo contrário, o carácter aleatório das decisões dos agentes económicos e do papel que factores psicológicos imprevisíveis podem desempenhar na percepção da actividade económica²⁴.

A postura atomista encontra-se nas várias tendências da escola neoclássica. Um exemplo entre outros: o conceito de “*escolha racional*”, da chamada teoria da “*escolha pública*” (*Public Choice*), a qual parte da assumpção que os seres humanos são fundamentalmente guiados pelo egoísmo (*self interest*). Mueller escrevia que “o postulado básico do *Public Choice* (...) é que o homem é um maximizador de egoísmo, de racionalidade e de utilidade”²⁵. Daí decorre que o egoísmo amoral mediatizado pelo mercado, essa máquina transformadora de vícios privados em virtudes públicas, parafraseando *The Fable of the Bees*, é a verdadeira condição da justiça e da felicidade públicas. Em nosso entender, a ideia e as palavras inspiram-se menos em Adam Smith do que em Bernard Mandeville²⁶.

Estas noções estão estreitamente ligadas ao *individualismo* que encontramos no centro do liberalismo e da teoria neoclássica moderna, embora estas duas escolas de pensamento não devam ser confundidas.

Com efeito a teoria convencional não é necessariamente o fundamento teórico do liberalismo e não conduz impreterivelmente a este, na medida em que pode acomodar-se com várias orientações ideológicas e políticas, como M. Beaud e G. Dostaler o sublinharam recentemente num livro fundamental²⁷, embora seja verdade que a renovação e generalização da economia neoclássica desde a 2ª guerra mundial foi acompanhada por um ressurgimento do liberalismo.

Mais recentemente a teoria convencional reagiu às acusações de “*reducionismo*”. Mas, surpreendentemente, em vez de reexaminar as suas hipóteses, estendeu-as a todos os fenómenos sociais. A luz deste novo “*imperialismo*” - como acontece com a “*teoria do*

²⁴ Vd. em particular o célebre Capítulo XII da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, sobre a previsão a longo prazo, capítulo durante muito tempo negligenciado pelos economistas, que começa hoje a ser relido com muito mais atenção.

²⁵ D.C. Mueller, *Public Choice* (1979), citado por Leif Lewin 1991.

²⁶ Bernard Mandeville 1990.

²⁷ Michel Beaud et Gilles Dostaler 1993.

capital humano” de Gary Becker²⁸ - a sociologia, a ciência política, a história ou a psicologia parecem agora completamente inúteis.

A pedra de toque desta filosofia gira em torno de um proposição: a sociedade é uma soma de agentes independentes dotados de livre arbítrio. Por outras palavras, é a interacção das decisões puramente individuais que está na origem da vida económica, social e política.

O postulado central é, pois, a racionalidade do agente, à luz do qual é possível explicar qualquer acto humano utilizando a matriz teórica da comparação *racional* entre custos e benefícios. Da “felicidade nacional bruta” (R.F. Khan) à “produtividade marginal do trabalho doméstico” (G.S. Becker), abundam as ideias mais curiosas, por assim dizer. Veja-se a explicação do crime por Gary S. Becker, segundo a qual a actividade criminosa consiste em transgredir a lei quando se aceita o risco de ser condenado a uma pena se a *esperança de utilidade* foi superior à *utilidade certa* que seria obtida se idênticos recursos fosse consagrados a actividades legais. Em síntese, o comportamento criminoso é tão somente o epifenómeno desse instinto mais fundamental que é o comportamento “racional”.

Outro autor não hesita em declarar que o casamento só pode ter lugar - do ponto de vista “racional” - se, por exemplo, o nível de utilidade para cada um dos cônjuges potenciais exceder, no casamento, o da sua utilidade pré-matrimonial respectiva, o que faz H. Bartoli escrever que “não é uma abordagem económica do casamento que Becker e os seus discípulos fazem, mas um análise do casamento numa sociedade alienada pelo dinheiro, onde o casamento por “conveniência” reina”²⁹.

Não é para admirar que a noção de *racionalidade* se tenha revelado obscura, nomeadamente depois dos trabalhos de Herbert Simon, e que seja hoje vez maior a descrença, entre os investigadores, quanto ao valor científico da dedução de normas sociais a partir de um instrumental decorrente do individualismo utilitarista³⁰.

²⁸ Vd. por exemplo, Gary S. Becker 1993

²⁹ Vd. Henri Bartoli 1991.

³⁰ Desde há alguns anos têm surgido reacções cada vez mais fortes contra as interpretações neoclássicas da economia. Nomeadamente nos Estados-Unidos com a *SASE-Society for the Advancement of Socio-Economics* e em França com o *MAUSS-Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales* que reúnem já muitas centenas de economistas e universitários prestigiados de vários países.

É talvez o momento de lembrar que a questão ética é, na economia, de primordial importância, seja qual for o brilhantismo da argumentação de Lionel Robbins. A menos que se entenda que também a transacção de órgãos humanos ou a *clonagem* das pessoas devam unicamente ser objecto de uma apreciação “racional” entre custos e benefícios, em nome da “neutralidade” científica e, naturalmente, com total desintervenção dos governos.

Lionel Robbins escrevia num livro célebre, referência obrigatória da análise ortodoxa, que a economia é apenas “a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre os fins e os meios raros de uso alternativo”, sendo “totalmente neutra em relação aos fins” os quais “podem ser nobres ou vis”³¹. Se assim acontecer - e é esse o caminho que tem sido tomado por grande parte da ortodoxia - então a lição de Adam Smith e de várias gerações de economistas heterodoxos (incluindo um bom número de liberais) seria totalmente vã e até mesmo perniciososa para o “avanço” da disciplina e do seu estatuto “científico”. Mas nesse caso, esta seria cada vez menos *problematizante*, mais árida e mais afastada ainda de grande parte das razões apaixonantes que justificaram o seu nascimento e desenvolvimento desde Aristóteles. Numa palavra, em breve seria uma disciplina morta...

Não é provável, bem entendido, que isso venha a acontecer. As reacções contra tal estado de coisas para abandonar, escrevem Heilbroner e Milberg, a concepção da lei natural da economia e substituí-la por uma “articulação entre a economia e a ordem social”, tendo em vista que a “economia deve ver-se como uma disciplina muito mais ligada à visão do conhecimento político, psicológico e antropológico do que ao rigoroso conhecimento das ciências físicas”³².

A visão actualmente prevalecente no *mainstream* atingiu um ponto de ruptura. Nas vésperas da 2ª guerra mundial Gaëtan Pirou já observava que a economia (que ele ainda chamava “*Economia Política*”) era, para muitos economistas, o estudo de uma parte do comportamento humano virado quase exclusivamente para o *interesse do indivíduo* e não para a realidade social. Na medida em que o indivíduo procura o seu interesse pessoal e se esforça por obter o máximo de satisfação com o mínimo de esforço, e uma vez que este

³¹ Cf. Lionel Robbins, 1984: 16, 24-25. Foi graças à leitura de Jean-Paul Maréchal que reencontrámos estas passagens.

³² Cf. Heilbroner and William Milberg, 1995: 118-128.

facto está no centro de toda a actividade económica, a ciência económica consolidaria a sua unidade enquanto ciência ao ordenar as suas análises em torno de um só princípio³³.

Lucidamente, G. Pirou apontava os perigos de uma tal perspectiva. Em primeiro lugar, na medida em que ela não oferecia um critério seguro para delimitar as fronteiras da ciência económica, tanto mais que o comportamento de um indivíduo não pode ser redutível a um único móbil. Em segundo lugar, como os economistas estão desejosos de mostrar que as teorias económicas são úteis para a compreensão do mundo real, e como essa utilidade é tanto maior quanto maior for o desnível entre o comportamento do homem real e do *homo oeconomicus*, “a tentação será grande de subestimar e de rejeitar para segundo plano essa parte da psicologia humana que fica fora da análise económica. Daí uma tendência para considerar que o interesse pessoal é, na verdade, o mais poderoso móbil para a generalidade dos homens na generalidade dos casos”³⁴.

A realidade superou as expectativas pessimistas de G. Pirou. Com a “psicologia humana” desapareceu também todo o contexto (histórico, sociológico, etc.) que não se ajustava à visão autocêntrica de um *economismo* atomista cujo fulcro é o *egoísmo individualista* ao serviço da “eficiência”.

No entanto, depois da 2ª guerra mundial, a “*eficiência*” que é, em si, favorável ao progresso, foi separada do problema da “*repartição*”. A evolução do sistema fez com que a questão da justiça social fosse cada vez mais determinada pela eficiência e menos pela repartição, sob pretexto que a repartição prejudica a eficiência do sistema. Esta concepção tecnocrática, que não passa de uma intuição sem fundamento científico visível, irá abastecer o arsenal neoclássico da luta contra o “Estado Providência” (oportunamente confundido com o “*Estado Assistência*”), contra a propriedade pública acusada de ineficiência (o que é verdade nuns casos mas não o é noutros) e contra a intervenção do Estado, ao mesmo tempo que agirá activamente em favor da diminuição dos salários reais, da “reestruturação” sistemática das empresas (logo do desemprego), da abdicação do poder político em favor do económico, etc.

O conceito de *interesse* é ainda ilustrado por Robert Lucas do seguinte modo: “É típico num modelo económico - num sistema económico artificial - que o rendimento que

³³ Cf. Gaëtan Pirou 1939

³⁴ Cf. G. Pirou, *op. cit.*: 101

aumenta quando cada agente actua *no seu próprio interesse* (sublinhado nosso), como ele o definiu, é inferior, de acordo com as preferências de todas as partes envolvidas, a um outro rendimento que podia ser alcançado se cada agente actuasse de outro modo. Também não há nenhuma acção que qualquer agente pudesse tomar por si próprio que proporcionasse um rendimento superior. Faz sentido dizer que cada agente age racionalmente e que todos eles, olhados colectivamente, agem irracionalmente. Se se acredita que esta situação, que regularmente aparece em teoria, não tem contrapartida na sociedade actual pode considerar-se isso como uma deficiência da teoria. Neste caso podemos ser motivados a procurar remover o paradoxo mediante a adopção de uma qualquer outra noção de racionalidade. Mas se acreditamos - e eu acredito - que tais situações são comuns na sociedade, então é vantajoso que elas possam ser claramente representadas nos modelos artificiais³⁵. O raciocínio é lógico e, do ponto de vista de determinado racionalismo económico, tecnicamente correcto.

No entanto podemos fazer algumas observações: o conceito de “interesse” não é aqui definido e apresenta-se como um dado, para não dizer como um axioma. É lícito interpretá-lo como “interesse individual” e mesmo até como “interesse egoísta”. Note-se que o termo assim definido reenvia para o universo atomístico neoclássico que rejeita o holismo. Neste paradigma o indivíduo está só e a sociedade desvanece-se ou, se existe, é tão somente como entidade distinta ou neutra..

Não discutimos a sua lógica interna. Sublinhamos apenas que este “interesse” nada tem a ver, como se tentará mostrar mais à frente, com o conceito de “interesse” (*self-love* ou *interest*) em Adam Smith, o qual reenvia para uma interacção social entre o indivíduo e o grupo. Os neoclássicos não podem pois, com propriedade (neste e noutros pontos importantes da teoria), reivindicar uma filiação espiritual com o fundador da economia política.

A propósito desta citação de Lucas é talvez interessante fazer uma observação subsidiária que se prende com o princípio da *falsificabilidade* popperiana a que já se fez referência.

³⁵ Cf. Robert E. Lucas Jr, *op. cit.*.

Lucas diz que se a teoria “não tem contrapartida na sociedade” então isso poderá ser considerado “como uma deficiência da teoria”. Nesse caso “podemos ser motivados” a adoptar “qualquer outra noção de racionalidade individual”.

Duas notas rápidas: Passemos sobre a utilização do “podemos” em vez do “devemos”, admitindo que o texto de Lucas não é um estudo científico mas antes um depoimento e que, neste contexto, o primeiro vocábulo não exclui necessariamente o segundo.

Todavia, sem pôr em causa o autor, entendemos que a sua referência à questão do método científico levanta uma dúvida, pelo menos no que se refere a muitos outros autores neoclássicos.

Não faltam efectivamente exemplos de modelos teóricos sem contrapartida na realidade, e que, mesmo quando refutados por ela, persistem nos seus pressupostos. Muitos dos axiomas da teoria neoclássica são *infalsificáveis*, no sentido de Popper, logo “não científicos” segundo esse mesmo autor. No entanto, não somente sobrevivem como continuam a ditar “leis”³⁶.

Por outro lado, depreende-se de Lucas que, quando se constata “uma deficiência da teoria”, remove-se a dificuldade “mediante a adopção de uma qualquer outra noção”, o que é correcto (ou melhor, seria correcto se fosse aplicado). Mas fica ainda um problema a que Lucas não faz referência: como definir o estatuto epistemológico desse “qualquer outra noção”? Acreditamos que Lucas resolve essa questão. Mas, para sermos realistas, temos

³⁶ Embora essa questão seja lateral aqui, não deixa de ser nuclear em todo o método de validação do processo científico. Já fizemos referência a este problema anteriormente mas devemos insistir. Como se poderá verificar ao longo da obra de Karl Popper (por exemplo em: *A Lógica da pesquisa científica, Conjecturas e refutações* ou *Conhecimento objectivo*), não se trata de rejeitar, sem outra forma de processo, uma hipótese. Uma comunidade científica não exclui necessariamente uma hipótese imediatamente após a verificação de um dos seus *falsificadores*. Em grande parte porque uma comunidade científica nunca trabalha sobre um único problema ou sobre uma hipótese isolada, na medida em que dispõe geralmente de várias hipóteses concorrentes. Uma hipótese aceite é uma hipótese que sobrevive na competição com as hipóteses que a precedem e que mais resistiu às tentativas de falsificação (ou refutação), ou é melhor do que as outras porque responde adequadamente a determinado problema, porque renova a sua percepção, ou ainda porque é mais falsificável (quer dizer, tem maior conteúdo empírico) do que outras hipóteses. O método de Popper é um método de “tentativas e erros” que, se não exclui o conceito de verdade, no seguimento da teoria semântica de Tarski, é muito mais uma visão do grau de “*verosimilhança*” das teorias. Sem excluir, embora, o conceito de “*verdade absoluta*” (não “*relativa*”) esta inscreve-se sempre num contexto de *incerteza* (daí a sua concordância com Einstein, modelo de referência para Popper), o que não parece acontecer com a generalidade dos neoclássicos. E essa é, sem dúvida, uma das críticas que é possível fazer-lhes. Ver, por exemplo o excelente: Jean-Claude Shotte, *La science des philosophes: une histoire critique de la théorie de la connaissance*, Bruxelas, De Boeck, 1998.

que constatar que o mesmo não acontece com muitos outros economistas neoclássicos. O que estes fazem amiúde, é, justamente, escolher intuitivamente “**uma qualquer**” noção. Ou seja, comportam-se como *Deus ex-machina*. A questão reside em saber se essa axiomatização é suficiente para obter o estatuto científico em nome do qual tantos neoclássicos falam...

?

O individualismo é sistematicamente relacionado por muitos autores, nomeadamente os neoclássicos, com o “egoísmo” que Adam Smith teria defendido na sua obra. Mesmo um *institucionalista* tão estimulante como Geoffrey M. Hodgson cai na injustiça de assimilar Smith a Mandeville, ao afirmar que naufragou “a tentativa por parte de alguns economistas, que remonta às obras de Bernard Mandeville e Adam Smith, de demonstrar que *acções egoístas* podem conduzir à ordem social e até a resultados óptimos”³⁷. Se a tese central desta citação nos parece ter fundamento, incluir Smith entre os que estariam na sua origem é uma interpretação abusiva que merece reparo.

Talvez encontremos aqui um exemplo das tão correntes generalizações apressadas, reveladoras do receio de afrontar a pluralidade dos possíveis³⁸...

O conhecimento parcial de uma obra - neste caso, de Adam Smith - também pode ser causador de exegeses enviesadas como indica José Luís Cardoso num trabalho sobre a influência da *Riqueza das Nações* no pensamento económico português. José Luís Cardoso apela para que esse livro “seja mais lido e melhor divulgado, porque dessa forma se contribuirá para, devolvendo-o à sua historicidade, evitar o abuso de invocações smithianas tão despropositadas quanto sintomáticas da componente ideológica no processo de transmissão, assimilação e divulgação de teorias e doutrinas económicas no nosso país”³⁹

³⁷ Cf. Geoffrey M. Hodgson 1997: 4. (Sublinhado nosso).

³⁸ Segundo a expressão de. Jean Marc Ferry e Paul Thibaud in: *Discussion sur l'Europe*, Paris, Calmann-Lévy, 1992

³⁹ Cf. José Luís Cardoso, “A influência de Adam Smith no pensamento económico português (1776-1811/12”, in Cardoso 1988. Sobre a influência da *Riqueza das Nações* de Adam Smith em

O que Smith enunciou acerca da educação, da família ou do carácter moral é tão importante como o que disse acerca do mercado; no entanto os primeiros temas foram quase completamente obliterados pelo último, como se Smith só tivesse escrito acerca deste. Este péssimo costume, a que a própria universidade não escapa, é mais do que nunca comum a todos os sectores. Jerry Muller nota, com razão, que se as universidades, que têm particular responsabilidade em tais matérias, são supostas oferecer um ambiente de reflexão desinteressada (*desinterested*), não devem todavia ficar alheias (*uninterested*) aos problemas. Ora isso acontece, segundo J. Muller - no que se refere à *mensagem filosófica* de Smith - porque “cada vez mais a esquerda académica se está a tornar um esquerda epistemológica, preferindo os debates acerca das palavras em vez dos debates sobre as coisas”⁴⁰. Muller refere-se à esquerda americana. No sentido europeu abrange um leque bem mais vasto de várias matizes políticas que poderíamos incluir no epíteto de “*humanistas*” preocupados com o lugar prioritário do factor social no progresso económico.

No caminho da emancipação da economia em relação à filosofia moral, a economia constitui-se em disciplina autónoma graças a mutilações na raiz do seu pensamento originário. A escola neoclássica e os seus adeptos traíram o essencial do paradigma smithiano, apesar de o citarem repetidamente.

A pretensão à *autonomia* da ciência económica, levada ao paroxismo, conduz à ideia de que o valor das coisas só depende do valor das coisas, o que é uma tautologia no plano lógico e tem sérias repercussões no plano prático: numa economia globalizada e totalmente desregulada, como a que está em marcha sob a égide da Organização Mundial de Comércio e das instituições internacionais, deixa de existir uma relação inteligível entre o preço dos bens e o valor do sujeito social. O que encerra um conflito latente na medida em que **a)** o preço “do mercado” condensa, ao mesmo tempo, **b)** a imagem que os agentes

Portugal ver: António Almodovar, *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1995; Maria de Fátima Brandão, “A percepção do mercado no pensamento económico português de inícios de oitocentos”, in *Actas do encontro ibérico sobre história do pensamento económico*, Lisboa, CISEP/ISEG, 1992. Em Espanha: Ernest Lluch e Salvador Almenar, “Difusión y influencia de los economicistas clásicos en España (1776-1868)”, in *Actas do encontro ibérico sobre história do pensamento económico*, op. cit.

⁴⁰ Jerry Muller 1993.

económicos têm do seu próprio valor social e c) a sanção que este merece da comunidade.

Como, no plano da economia globalizada, tudo indica que se agrava o desnível entre esse preço e os outros dois factores, é previsível a revolta desse sujeito social, não apenas no interior das fronteiras de um país mas à escala de uma região. As tensões virtuais resultantes do desemprego na Europa e da crise que desponta na Ásia podem ser os primeiros sinais disso mesmo.

Por outro lado, a ilusória redução do multidimensional ao unidimensional e do qualitativo ao quantitativo, que parecia aceitável numa determinada época em que o impacto da actividade económica era relativamente negligenciável face às vantagens do crescimento, deixou de ser válida. As poluições globais⁴¹, os desperdícios nucleares, o aumento exponencial da pobreza e de novas doenças resultantes de diversas formas de poluição, as tensões políticas (incluindo éticas ou religiosas) que alastram rapidamente, desacreditaram as teorias restritivas, sobretudo quando aparentemente indiferentes aos dramas humanos ocasionados por políticas económicas erradas. No tempo real de espaços simultâneos, característico do mundo actual, as lógicas lineares só conduzem a dilemas sem solução.

Voltando ainda aos equívocos relativos ao pensamento de Adam Smith, também a concepção de “egoísmo”, por exemplo, não é a mesma entre os neoclássicos e Adam Smith. A própria noção de “*mão invisível*”, só ocasionalmente referida por Smith mas sempre presente na literatura económica convencional, está longe de ter sido clarificada, enquanto que um conceito tão fundamental como o de “*simpatia*”⁴² que ocupa um lugar privilegiado na filosofia de A. Smith, está ausente das teses neoclássicas.

Estas funcionam também a-historicamente ao ignorarem o contexto filosófico do século XVIII que influenciou o seu projecto. Lembra-se que A. Smith é um homem do

⁴¹ Os avisos de Nicholas Georgescu-Roegen parecem ter sido esquecidos. Vd. por exemplo o seu livro *La décroissance: entropie, écologie, économie*, trad. fr., Paris, Editions Sang de la Terre, 1995, 256 p.

⁴² O equivalente moderno da “simpatia” smithiana é talvez **empatia**. Jacob Viner considerava “simpatia” equivalente a “*distância*” (na acepção de “distância social”), o que parece discutível. Para Schumpeter a “simpatia” smithiana consistia em colocarmo-nos no lugar do outro e compreendê-lo. “O julgamento dos nossos próprios actos deriva então dos nossos princípios nos julgamentos sobre outrém”. Joseph Schumpeter, *History of Economic Analysis* (1954), trad. fr., *Histoire de l'analyse économique*, vol. I, Paris, Gallimard, 1983. Num sentido um pouco mais amplo do que era dado por A. Smith, pode definir-se “simpatia” como um

Iluminismo, período no qual se começa a duvidar da autoridade e a observar o mundo com os próprios olhos. No século XVIII os pensadores estavam essencialmente preocupados com a “razão” (que é possível traduzir por “inteligência activa”) e a “natureza” (o estado das coisas tal como são). Graças ao exercício da razão, os homens eram capazes de tornar humana a natureza e natural a sociedade (com base nos “direitos naturais”). O universo intelectual do século XVIII renovava a curiosidade acerca do mundo real graças às transformações operadas na ciência, quer pela teoria heliocêntrica de Copérnico, confirmada pelas observações de Galileu, quer pela teoria newtoniana (1682) que impõe o abandono definitivo da perspectiva medieval do universo por uma visão dum universo mecânico que irá orientar as noções básicas da ciência até ao século XX⁴³.

O seu pensamento era inspirado tanto pelos estóicos como por Espinoza⁴⁴, para o qual a razão é o principal guia e juiz da conduta humana, sendo a imaginação, as paixões e os sentidos o que extravia os homens. A influência deste último é evidente e sugere que a Moral de Smith não era um “moralismo” conformista. Entende-se aqui que o conceito de *moral* está, como refere Kremer-Marietti, integrado numa visão histórica na qual a moral é a ordenação dos princípios da prática, inerentes à prática dos homens na história⁴⁵.

Por outro lado, Smith não se concentra no “deveria ser” mas no “que é”, e recusa tanto o romantismo como o misticismo, tal como o seu companheiro e amigo David Hume.

É no inconformismo do *espinosismo* que Victoriano M. Martin encontra o germe das ideias que conduzem directamente à configuração teórica da ordem económica e da ética de Adam Smith⁴⁶. A influência de Espinoza na obra de Adam Smith é igualmente referida, entre muitos outros, por Albert O. Hirschman⁴⁷

Jerry Muller defende que, “longe de ser um individualista, Smith acreditava que é a influência da sociedade que transforma as pessoas em seres morais”, considerando a explicação da conduta humana “com base no egoísmo (*self-interest*) como analiticamente

fenómeno em virtude do qual um ser reproduz, por influência ou por imitação, as modificações sofridas por um outro ser (Lalande).

⁴³ O próprio Adam Smith escreveu uma “*História da Astronomia*” in: *Essays on Philosophical Subjects* 1982, pp. 31-105. J. Schumpeter chamou a este famoso texto “a pérola” da colecção dos seus ensaios (Schumpeter, *op. cit.*, I: 260).

⁴⁴ Vd. Spinoza, *Oeuvres*, 4 vols., Paris, Flammarion (Coll. “GF-Flammarion”), 1997.

⁴⁵ Angèle Kremer-Marietti, *La Morale*, Trad. port. de Isabel Saint-Aubyn *A Moral*, Lisboa, Edições 70, 1990.

⁴⁶ Victoriano M. Martin 1993: 49-63.

⁴⁷ Albert O. Hirschman 1997.

errada e moralmente perniciosa”. Do mesmo modo a “liberdade que Smith advogava não era a “liberdade” (*freedom*) fora de qualquer controlo, mas a liberdade de controlar as próprias paixões”⁴⁸

Por outro lado, o isolamento da *Riqueza das Nações*⁴⁹ da restante obra de Adam Smith não é sustentável. Hoje a maioria dos historiadores da economia reconhece que a compreensão da *Riqueza das Nações* (RN) é inseparável do conhecimento da *Theory of Moral Sentiments*⁵⁰ (TMS). Entre os grandes nomes da ciência económica, praticamente só Jacob Viner contestou essa interdependência⁵¹.

A redacção da TMS é anterior à da RN e Smith introduziu alterações neste livro ao longo da sua vida, particularmente na 6ª edição (1790), pouco antes da sua morte. Ou seja, muito depois da publicação da *Riqueza das Nações* (1776). Smith nunca renegou a TMS, que considerava, aliás, o seu texto mais importante.

Para J. Viner a TMS postula uma ordem harmoniosa da natureza, concebida por um Deus benevolente que assegura a felicidade dos homens com base nas suas disposições individuais inatas, enquanto que a RN se liberta dessa doutrina, encontrando defeitos nessa ordem natural. Para ele, a diferença entre a TMS e a RN está no carácter teológico da TMS comparado com a feição empírica e histórica da RN, argumento que Jeffrey T. Young considera sem grande valor heurístico, perante, por exemplo, a muito mais importante doutrina das “consequências não previstas” que percorre toda a obra de Smith⁵² e que Viner negligencia.

Relativamente à *Theory of Moral Sentiments*, essa tese é hoje amplamente contestada, sendo igualmente falso que ela apresente uma visão unívoca do universo da harmonia natural⁵³.

Quanto à *Riqueza das Nações*, A. Fitzgibbons, num excelente estudo, resumiu bem o seu alcance ao escrever que “a finalidade essencial da *Riqueza das Nações* não era

⁴⁸ Jerry Muller, *Opus cit.*, 1993.

⁴⁹ Adam Smith, *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, trad. port. De Teodora Cardoso e L. Cristóvão de Aguiar, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, Lisboa, 2 vols, 1981 e 1983. Para simplificar, referir-nos-emos doravante a este livro como *Riqueza das Nações* ou RN.

⁵⁰ Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments* (1759), Indianapolis, 1982.

⁵¹ Jacob Viner 1972

⁵² Jeffrey T. Young, 1997.

⁵³ Jean-Pierre Dupuy 1992.

combater más teorias mas sim maus sistemas filosóficos, uma vez que os maus sistemas eram responsáveis pelas más teorias'⁵⁴.

Por outro lado, a maior diferença entre Smith e os economistas subsequentes, nomeadamente os neoclássicos modernos, é que estes últimos tomam a “eficiência económica como um valor absoluto” e, negando que qualquer outro factor que não seja o egoísmo tenha relevância para a sociedade, assumem que o “homem é uma ilha moral”.

Quer dizer que, enquanto Smith considerava a sociedade com um empreendimento fundamentalmente moral, o cientismo da economia convencional afasta-se radicalmente dessa visão.

Também o “*self-interest*” de Adam Smith a que a teoria neoclássica se refere, “não significa o que a escola económica de Chicago supõe”, escreve Fitzgibbons. “O que Smith realmente disse era muito mais explícito e importante: que o fundamento da sociedade era a *justiça*”. Com efeito, para Smith a “justiça é o principal pilar que sustém o edifício inteiro”, porque o objectivo essencial das leis, sem os quais a sociedade não poderia existir, era enquadrar os objectivos úteis da ganância e do egoísmo (Fitzgibbons 1995: 140).

Se Adam Smith é o fundador da ciência económica, porque é que esta evoluiu de tal maneira que desvirtuou radicalmente o seu sistema levando tantos economistas, como Amartya Sen no início deste texto, a interrogar-se sobre o empobrecimento? - se não da disciplina, pelo menos dos seus objectivos essenciais, o que vai praticamente dar ao mesmo.

Com efeito, o trabalho de “especialização” da ciência económica neste século contribuiu para *desinsserir* fortemente a economia do conjunto das ciências sociais e humanas. O *homo oeconomicus* com que nos deparamos a cada passo (a maior parte das vezes implícito na lógica do discurso), não é mais do que a pálida caricatura do homem complexo que é o sujeito smithiano. (Dupuy 1992).

A razão principal não parece residir na matematização, cujo uso moderado (ou utilização em modelos abstractos específicos) desempenha um papel positivo ao serviço da economia, embora esse papel não deva ser exagerado, pois, como o mostrou um

⁵⁴ Athol Fitzgibbons 1995: 172.

matemático (Ferdinand Gonseth), a aplicação da matemática a uma ciência, mesmo que se trate da física, não a transforma numa disciplina intrinsecamente racional⁵⁵.

Na origem deste desfasamento estão razões epistemológicas e políticas de maior alcance.

Sem falar do próprio projecto da Smith, a significação de muitos dos conceitos por si empregues parece ter sido em grande parte desvirtuada, como o atesta a interpretação dada a “*self-love*” e de “*self-interest*”, frequentemente traduzidos por “egoísmo”.

À luz da *Theory of Moral Sentiments* onde estes termos aparecem mais vezes, especialmente o primeiro, os seus significados são todavia diferentes.

O “*self-love*” poderá mais justamente ser traduzido por “*amor-próprio*” ou até, por “*auto-estima*”. O mesmo se passa com “*self-interest*”, embora este último esteja mais próximo do sentido de “egoísmo”. Macfie e Raphael na sua introdução à TMS falam de “*self-interest* (...) ou, para usar o termo do século XVIII, de *self-love*”⁵⁶. E acrescentam que: “*It is this [self-love] not ‘selfishness’, that comes to the fore in WN. Smith distinguished the two expressions, using ‘selfishness’ in a pejorative sense for such self-love as issues in harm or neglect of other people*”⁵⁷.

Jeffrey T. Young comenta dizendo que “*selfishness leads to rapacity, but a proper degree of self-interest is an integral part of virtue*”⁵⁸.

O próprio Smith escreve, com efeito, que “*They [os ricos] consume little more than the poor, and in spite of their natural selfishness and rapacity...*”⁵⁹. E mais à frente mostra que o *self-interest* é uma parte integral da virtude e é distinto de *selfishness*: “*The mixture of a benevolent motive in an action to which self-love alone ought to be sufficient to prompt u, is not so apt indeed to diminish our sense of its propriety, or of the virtue of the person who performs it. We are not ready to suspect any person of being defective in selfishness*”⁶⁰.

Na tese convencional, para se constituir como ciência a economia deve ser um domínio isolável da moral e dos modos de socialização. Nele, os homens trabalham para o

⁵⁵ Citado por Kremer-Marietti op. cit.: 11

⁵⁶ Raphael and Macfie, “Introduction” a A. Smith, *TMS*: 22.

⁵⁷ *Ibd.*

⁵⁸ Jeffrey T. Young 1997, *op. cit.*: 25.

⁵⁹ Adam Smith, *TMS*, op. cit., IV.1.10: 184.

⁶⁰ Adam Smith, *TMS*, op. cit., VII.ii.3.16: 304.

bem comum se forem movidos pelo “egoísmo”. Desde modo o egoísmo perde toda a conotação negativa uma vez que é a condição necessária e suficiente para calcular racionalmente as acções que maximizam o interesse pessoal (Dupuy 1992: 77). Por outras palavras, podemos ser “egoísticamente” altruístas ou benevolentes se contribuirmos para o bem estar dos outros aumentando a nossa própria satisfação.

Se partirmos de conceitos assim definidos, o problema da correlação entre a TMS e a RN deixa de existir e a primeira obra pode ser abandonada pelos economistas como um “devaneio” ou uma fase de Smith, o qual só teria pensado num sistema económico quando, mais tarde, escreveu a *Riqueza das Nações*.

O facto de ele ter revisto e aprofundado, como já se disse, as várias edições da TMS, confirmando o seu conteúdo já depois de ter publicado a RN, é algo que tem sido ignorado. Desde logo o caminho que vai do moralista (na TMS) ao economista (na RN) apenas reproduz o movimento das ideias que emancipa a economia da moral⁶¹.

No entanto, actualmente a maioria dos especialistas já não duvida haver complementaridade e não mudança radical de visão entre a TMS e a RN.

Demonstra-o também a estrutura da sua obra. Nesta Smith cobre a filosofia moral, a jurisprudência e a economia política, por esta ordem. Jeffrey T. Young observa que a TMS contem a parte da filosofia moral, a economia política transformou-se na *Riqueza das Nações* e a jurisprudência foi contida no livro que Smith preparava no momento do seu falecimento. A ordem desta sequência é relevante porque sugere que cada um era fundamental para o seguinte. No que se refere à relação entre a TMS e a RN, mostra igualmente que, do ponto de vista de Smith, a economia política requeria uma exposição prévia dos princípios de filosofia moral e de jurisprudência. Em se deslocando da moral para a jurisprudência e desta para a economia política, o seu pensamento vai do geral ao particular, dos mais altos níveis de abstracção para os menos elevados. “A filosofia moral funde-se na jurisprudência que, por seu turno, se funde na economia⁶². Isto pode explicar o

⁶¹ O debate sobre a continuidade ou não entre a *Theory of Moral Sentiments* e a *Wealth of Nations* é conhecido na literatura económica pelo “*Das Adam Smith Problem*” dos alemães. Jeffrey T. Young, op. cit. (1997) considera no entanto essa questão ultrapassada, tanto mais que existe um “*novo problema de Adam Smith*” muito mais importante, que é o do levantamento das múltiplas e ricas interligações que existem entre as várias partes da obra de Smith à luz da ideia de Kenneth Boulding segunda a qual a economia é uma ciência moral (o que não é uma contradição nos termos) e que as duas disciplinas se interpenetram.

⁶² Jeffrey T. Young 1997: 22-23

uso muito maior de argumentos teológicos na TMS do que na RN, os quais eram mais apropriados ao nível de abstracção daquela obra mas não ao tipo de discurso da RN.

Já dissemos anteriormente que devemos acautelar-nos com o uso dos conceitos de Smith se queremos entender o alcance da sua mensagem e afastar-nos das interpretações simplistas.

Entre eles destacam-se antes de mais os conceitos de *simpatia* e de *self-interest*, o primeiro corrente na TMS e o segundo na RN. Os desentendimentos havidos durante anos entre os especialistas tiveram resultaram da interpretação desses termos.

No entanto, como Raphael e Macfie demonstraram a sua complementaridade, na medida em que *simpatia* é o núcleo central da explanação sobre o *juízo* moral (TMS)⁶³ e *self-interest* está na origem da acção que determina a riqueza das nações (RN). “O frugal homem com interesses (*self-interested*) da RN é também o homem prudente da TMS, e *self-interest* nos dois textos deve ser entendido como ‘respeito por si próprio’, esse grau de *self-love* [amor-próprio] necessário à aprovação do espectador imparcial na medida em que não prejudica outrém”⁶⁴. Smith desenvolve essa ideia na TMS⁶⁵.

A “*simpatia*” (conceito distinto de “*benevolência*”) é, por assim dizer, a atenção para com os outros. E embora a experiência de *simpatia* seja agradável ao próprio indivíduo que a ressent, não se trata de um sentimento egoísta. Smith escreve que “a *simpatia* não pode ser de modo algum vista como um princípio egoísta”. E dá um exemplo: quando eu apresento as condolências pela perda do seu único filho e partilho da sua dor, não estou a considerar o que eu, pessoa com determinadas personalidade e profissão, sofreria, se tivesse um filho e se esse filho infelizmente falecesse: mas considero o que sofreria se eu fosse realmente você e, nesse caso, não me limito a trocar a ordem das circunstâncias, mas a trocar pessoas e caracteres. No entanto a minha tristeza é inteiramente por si e não por mim, e isso não é ser de modo algum egoísta⁶⁶. Young nota que a *simpatia*, não sendo uma outra forma de *self-love*, é um princípio distinto e original na

⁶³ Raphael e Macfie, “*Introduction*” a Adam Smith, TMS: 21

⁶⁴ Jeffrey T. Young 1997, op. cit.: 24

⁶⁵ Vd. Adam Smith, TMS, II.ii.2.2: 83

⁶⁶ Vd. Adam Smith, TMS, VII.iii.1.4: 317 (sublinhado nosso).

natureza humana. O ser humano deve ser visto ao mesmo tempo atento a si próprio e aos outros (“*as both self- and other-regarding*”)⁶⁷.

Por outro lado, a *simpatia* é a única maneira de um indivíduo conhecer a situação de outro. Smith escreve que “se não tivermos nenhuma experiência directa do que os outros homens sentem, não podemos ter uma ideia de que modo eles são afectados, a não ser concebendo o que nós próprios sentiríamos em semelhante situação”⁶⁸.

Note-se que Smith distingue claramente “simpatia” de *piedade* ou *compaixão* como se pode ler na TMS: “Piedade e compaixão são termos apropriados para significar a nossa solidariedade (“*fellow-feeling*”) para com a tristeza dos outros. Simpatia, cuja significado era, talvez, originalmente o mesmo, pode hoje ser utilizada para manifestar a nossa solidariedade, com alguma paixão todavia”⁶⁹.

O conceito de “paixão” em Smith inclui tanto as “*paixões sociais*” (benevolência), como as “*paixões não sociais*” (ressentimento contra uma pessoa que nos injuriou) e as “*paixões egoístas*” (tristeza ou alegria que uma pessoa pode sentir quando a sua fortuna é afectada).

O conceito de *simpatia* em Smith é semelhante ao que os modernos psicólogos chamam “empatia”: a capacidade de se colocar mentalmente no lugar do outro. Scott Gordon observa que isso não quer dizer que, para Smith, os juízos morais sejam matéria de intuição pessoal. Pelo contrário, ele tenta dar a esses juízos uma base factual: “Mas só compreendemos isso e se nos lembrarmos que Smith, como outros pensadores do tempo, considerava a introspecção como um meio empírico seguro que permitia descobrir verdades factuais gerais observando os seus próprios pensamentos e sensações”⁷⁰.

Outro argumento da TMS merece atenção: Smith sustém que uma pessoa age moralmente porque aprecia a aprovação dos outros. Isso significa que os motivos puramente egoístas (*self-interested*) são limitados pela moralidade vigente numa sociedade. Para Gordon o principal significado da TMS tem a ver com o prolongamento que faz da

⁶⁷ Jeffrey T. Young 1977, op. cit.: 32

⁶⁸ Adam Smith, TMS, I.i.1.2.: 9.

⁶⁹ Adam Smith, TMS, I.i.1.5: 10

⁷⁰ Gordon 1997: 135

orientação secular do iluminismo escocês, anteriormente vivido como pertencente ao domínio da religião⁷¹.

Ao mesmo tempo, se é na *Riqueza das Nações* que Smith faz o elogio dos méritos da divisão do trabalho, também é nela que Smith relembra duas coisas fundamentais. Em primeiro lugar - contra modernas teorias elitistas que justificam a exploração por *razões naturais* - Smith explica que são menos as aptidões dos homens que determinam a divisão do trabalho do que o inverso: “A diferença de talentos naturais entre os homens é, na realidade, muito menor do que nós pensamos; e as capacidades muito diversas que parecem distinguir os homens de diferentes profissões, quando atingem a maturidade, não são, em muitos casos, tanto a causa como o efeito da divisão do trabalho”⁷².

Nota ainda, em segundo lugar, que, relativamente à divisão do trabalho, esta levada ao extremo pode destruir a humanidade, sendo necessária a intervenção do Estado: “...a enorme maioria dos que vivem do trabalho, isto é, a maioria das pessoas, está confinada a algumas operações muito simples, frequentemente uma ou duas (...). O homem que passa toda a sua vida a executar algumas operações simples, cujos efeitos são também sempre os mesmos, ou quase, não tem ocasião de exercer a sua capacidade intelectual e torna-se geralmente tão estúpido e ignorante quanto é possível conceber-se uma criatura humana (...). Dos grandes e mais vastos interesses do seu país é completamente incapaz de julgar (...). Corrompe mesmo a actividade do seu corpo, e torna-o incapaz de exercer a sua força com vigor e persistência, em qualquer outro emprego que não seja aquele para que foi destinado (...). Mas em toda a sociedade melhorada e civilizada é este o estado em que os trabalhadores pobres, ou seja a maioria da população, cai necessariamente, a menos que o governo faça alguma coisa para impedi-lo”⁷³. A divisão do trabalho pode, portanto, também destruir as qualidades de humanidade que Smith celebra na RN como sendo fundamentais e únicas: a capacidade da razão e o exercício da *simpatia* para com os outros.

⁷¹ Cf. Gordon 1997: 136

⁷² Cf. Smith, *Riqueza das Nações*, vol. I, Livro I, Cap. 2: 96-98.

⁷³ Cf. Smith, *Riqueza das Nações*, Vol. II, Livro V, Cap. I, III Parte: 416-417.

Esta preocupação marca também a diferença entre o pensamento de Hobbes e de Smith. Enquanto que no *Leviatã*⁷⁴ o objectivo é controlar a violência dos homens uns contra os outros por intermédio da força do Estado e da sua polícia, na RN pretende-se a cooperação entre eles utilizando mecanismos que coordenem as acções individuais.

Se Hobbes não explica verdadeiramente porque é que é desejável ter uma *ordem social*, excepto quando reconhece vagamente que isso é necessário a uma vida melhor, em contrapartida Adam Smith argumenta que essa situação é proporcionada pela especialização, a qual necessita de um mecanismo coordenador, não apenas através do Estado mas também do que chamaríamos a “sociedade civil” e dos indivíduos que a compõem..

No entanto a investigação de Smith não o leva a concluir que isso poderia, por si só, funcionar como um sistema de ordem. As actividades dos indivíduos aderem a um conjunto coordenado apenas quando costumes e leis estabelecem verdadeiras regras de *justiça* (tentar eliminar a concorrência entre produtores com métodos mais eficientes de produção, não é a mesma coisa do que fazer desaparecer essa concorrência deitando fogo às empresas dos rivais). Assim, para uma sã concorrência é preciso a intervenção do Estado, cujas funções não sejam apenas administrativas, de defesa nacional ou de justiça interna. Smith confia efectivamente nos mecanismos de mercado, mas não pensa que eles funcionem por si sós.

Na *Riqueza das Nações* abundam as defesas da acção governamental⁷⁵, contrariamente às teses dos ultraliberalismos contemporâneos. É certo que as críticas ao Estado também são numerosas, especialmente contra o mercantilismo. Mas o seu principal objectivo não era torná-lo inoperacional ou “neutro”, mas melhorar a sua política com vista ao bem comum, com base numa salutar análise económica e regras morais. O seu grande objectivo eram a aristocracia senhorial e o mercantilismo, que tinham conduzido à burocracia, à ineficiência e à corrupção. Contrariamente ao que alguns ainda pretendem, o seu “*laisser-faire*” não decorria de um qualquer dogmatismo ideológico mas, dentro dos

⁷⁴ Thomas Hobbes, *Leviatã*, Trad. port. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, S. Paulo, Nova Cultural, 2 vols, 1988. (Existe também uma edição portuguesa, publicada pela Imprensa Nacional)

⁷⁵ Vd. Gordon 1997: 145

limites assinalados, de um pragmatismo prudente, no qual a sociedade deveria necessariamente evoluir por etapas discretas.

Esse equilíbrio permite-lhe manter-se à distância da mentira do *individualismo* que conduz ao “*interesse egoísta*”, na medida em que sabe bem que o *self-love* só tem substância no reconhecimento dos outros, e que a procura privada do ganho material, longe de eliminar os laços nefastos à estabilidade social (o mito da eliminação das paixões pelos interesses), agrava as relações passionais entre os homens. Quer dizer, descobre as paixões por detrás dos interesses e que também estes últimos são afinal uma síntese das paixões. Não há portanto “pureza de interesses” que estão, naturalmente, contaminados pelas paixões.

Desde modo, se é verdade que emprega o conceito de *self-love* como necessário à actividade e ao progresso económico, não é no sentido individualista e egoísta do *homo oeconomicus* fechado sobre si próprio, cujas “virtudes” fariam pretensamente obstáculo ao contágio das paixões. É antes no sentido de “amor-próprio” ou mesmo de “auto-estima” que precisa do aval social (*simpatia*) para se desenvolver. Com vantagem para o próprio indivíduo, evidentemente, mas sem que este se corte da sociedade.

O *self-love* só é *individualista* e *egoísta* nessa medida. Não se trata, pois, de um conceito romântico e irrealista, mas de um pragmatismo equilibrado que, entre o individualismo extremo e o holismo exacerbado, não sacrifica nem a um nem a outro. É por isso, observa Dupuy, que se subordinarmos as análises da RN ao sistema da TMS, somos conduzidos a inverter as conclusões individualistas da economia convencional.

É na *Fábula das Abelhas* de Bernard de Mandeville - cujo subtítulo é eloquente: “*os vícios privados fazem o bem público*” - que poderemos talvez encontrar uma fonte mais fiável da origem do mito do egoísmo como “motor do progresso”. Publicado em 1714, esse livro era conhecido de Adam Smith que lhe consagrou várias páginas de crítica sem concessões na *Theory of Moral Sentiments*. Em 1936 J.M. Keynes mostra, aliás, na sua *Teoria Geral* a importância de Mandeville na história do mercantilismo..

Não é nosso propósito analisar a *Fábula das Abelhas*, que não deixa de ser um livro curioso e nalguns aspectos justo. Também seria demasiado longo entrarmos na discussão sobre as suas verdadeiras intenções (sátira despeitada ou crítica social clarividente). Importa apenas, no quadro deste texto, sublinhar que, como escreveu Adam

Smith, o seu “sofismático e engenhoso raciocínio” e a sua “linguagem ambígua” transforma o livro de Mandeville numa “grande falácia” ao transformar todas as paixões em vícios⁷⁶. Sem negar a justeza de várias observações de Mandeville, a sua análise é meramente indutiva e universaliza o que pertence ao domínio do particular, das circunstâncias ou da época. Seja por convicção ou ironia o resultado aponta para um destino onde o indivíduo, fechado em si próprio, constrói um mundo regido pela lei da selva. O *homo oeconomicus* da economia ortodoxa moderna encontra nele muito mais motivos de inspiração do que na obra de Smith, que pertence, a nosso ver, a um universo radicalmente diferente...

É evidente que Smith dá a prioridade às relações dos homens entre eles, porque são elas que mediatizam as relações dos homens com as coisas⁷⁷. Na sua obra o homem não é nem anjo nem demónio. É simplesmente humano.

?

A primeira conclusão, provisória ainda, que pensamos poder tirar é que não existem razões fortes para supor que a obra de Adam Smith legitime a argumentação do *individualismo* e do *egoísmo* - na acepção dos neoclássicos - como fulcros isolados do desenvolvimento moderno.

Certas interpretações da obra de Smith estão, à partida, mutiladas pela leitura parcelar do seu trabalho, circunscrita à *Riqueza das Nações*. Este livro, sem dúvida, extraordinário, revela-se todavia insuficiente para apreender o sentido amplo da mensagem do seu autor.

Pensamos assim que o estudo ou revisão da RN devem ser feitos à luz da TMS e dos textos que nos legou sobre jurisprudência, se queremos encontrar novas pistas que reconciliem a economia com a sociedade e a natureza..

Descodificar as interligações subjacentes entre a TMS e a RN é, provavelmente, uma das tarefas da actualidade mais importantes para os economistas investigadores, como sugere Thomas Young.

⁷⁶ Adam Smith, *TMS*, VII.ii.4.11 e 4.12: 311-313

Essa tarefa produzirá provavelmente resultados surpreendentes. Entre eles a descoberta de um universo que, sem perder as suas preocupações de *eficiência* e de rigor, seja mais conforme aos fins éticos de uma economia ao serviço do *homem*, regulando as relações dos homens com os homens e não das coisas com as coisas, nas quais o homem é igualmente *coisa*.

Ao mesmo tempo que se prestaria a homenagem devida a um grande pensador, descobrir-se-iam novos estímulos. Entre eles retomar a velha tradição da economia interdisciplinar, agente empenhado de uma justiça social compatível com ideais de liberdade...

Bibliografia indicativa

- Albou (Paul), *La psychologie économique*, Paris, PUF, 1984, 202 p., in-oitavo.
- Bachelard (Gaston), *Le nouvel esprit scientifique*, Paris, PUF, 1958, 184 p., in-doze.
- Bartoli (Henri), *L'Économie Multidimensionnelle*, Paris, Economica, 1991, 528 p., in-oitavo.
- Bartoli (Henri), *L'économie, service de la vie - Crise du capitalisme, une politique de civilisation*, Grenoble, PUG, 1996, 496 p., in-oitavo.
- Beaud (Michel) et Dostaler (Gilles), *La Pensée Économique depuis Keynes*, Paris, Seuil, 1993, 603 p., in-oitavo.
- Becker (Gary S.), *Human Capital*, Chicago, The University of Chicago, 3th ed. 1993, 390 p., in-oitavo.
- Blaug (Mark), *A metodologia económica*, trad. port. De Victor Calvete, Lisboa, Gradiva, 2ª ed. 1992, 393 p., in-oitavo.
- Brochier (Hubert), "L'économie como science positive *et normative*", in A. d'Autume et J. Cartelier (Ed.), *L'économie devient-elle une science dure?*, Paris, Economica, 1995, 321 p., in-oitavo.
- Caillé (Alain), *La démission des clercs - La crise des sciences sociales et l'oubli du politique*, Paris, La Découverte, 1993
- Cardoso (José Luís), (Organização e prefácio de), *Contribuições para a história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1988.
- Cardoso (José Luís), "A influência de Adam Smith no pensamento económico português (1776-1811/12)", in Cardoso 1988
- Dasgupta (Partha), "A economia moderna e a ideia de cidadania", in Manuela Silva et alii 1994.

⁷⁷ Dupuy 1992: 104 sgs.

- Demeulenare (Pierre), *Homo Oeconomicus, enquête sur la constitution d'un paradigme*, Paris, PUF, 1996, 289 p., in-oitavo.
- Dumont (Louis), *Homo aequalis I - Genèse et épanouissement de l'idéologie économique*, Paris, Gallimard, 1985, 275 p., in-oitavo.
- Dupuy (Jean-Pierre), *Le Sacrifice et l'Envie - Le libéralisme aux prises avec la justice sociale*, Paris, Calmann-Lévy, 1992, 377 p., in-oitavo.
- Fitzgibbons (Athol), *Adam Smith's System of Liberty, Wealth and Virtue: The Moral and Political Foundations of the Wealth of Nations*, Oxford, Clarendon Press, 1995, 214 p., in-oitavo.
- Gordon (Scott), *The History and Philosophy of Social Science*, Londres, Routledge, 1997, in-oitavo.
- Hausman (Daniel M.) and McPherson (Michael S.), *Economic Analysis and Moral Philosophy*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, 249 p., in-oitavo.
- Hayek (F.A.), *The Fatal Conceit* (1988), trad. fr. *La présomption fatale*, Paris, PUF, 1993, 239 p., in-oitavo.
- Heilbroner (Robert) and William Milberg, *The Crisis of Vision in Modern Economic Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- Hirschman (Albert O.), *L'économie comme science sociale et politique*, Paris, Seuil, 1984, 114 p., in-oitavo (Prefácio de François Furet)
- Hirschman (Albert O.), *A Propensity to Self-Subversion*, Cambridge, Harvard University Press, 1995, 262 p., in-oitavo.
- Hirschman (Albert O.), *The Passions and the Interests - Political Arguments for Capitalism before its Triumph*, Trad. port. de Tereza Mouzinho, *As paixões e os interesses - Argumentos políticos para o capitalismo antes do seu triunfo*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997, 166 p., in-oitavo.
- Hirschman (Albert O.), *La morale secrète de l'économiste*, Paris, Les Belles Lettres, 1997, 176 p., in-oitavo.
- Hodgson (Geoffrey M.), *Economia e evolução - O regressa da vida à teoria económica*, trad. port. de José Castro Caldas, Lisboa, Celta, 1997.
- Hume (David), *Enquête sur les principes de la morale*, Paris, Flammarion, 1991, 349 p., in-doze.
- Keynes (John Maynard), *Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie*, trad. fr., Paris, Payot, 1986.
- Lange (Oskar), *Moderna Economia Política*, trad. port., Lisboa, Vértice, 1986.
- Lewin (Leif), *Self-Interest and Public Interest in Western Politics*, Oxford, Oxford University Press, 1991, 146 p., in-oitavo.
- Louçã (Francisco), *Turbulência na economia*, Porto, Afrontamento, 397 p., in-oitavo.
- Lucas Jr (Robert E.), "Ética, política económica e compreensão do desenvolvimento económico" in Manuela Silva et alii 1994.
- Mandeville (Bernard), *The Fable of the Bees* (1714), trad. fr. (parcial): *La fable des abeilles ou les vices privés font le bien public*, Paris, Vrin, 1990.
- Maréchal (Jean-Paul), *Le rationnel et le raisonnable: l'économie, l'emploi et l'environnement*, Rennes, Presses Universitaire de Rennes, 1997
- Martin (Victoriano M.), "Baruch Spinoza y Adam Smith sobre ética y sociedad" in: Schwartz 1993

- Mingat (A.), Salmon (P.) et Wolfelsperger (A.), *Méthodologie Économique*, Paris, PUF, 1985.
- Muller (Jerry), *Adam Smith in His Time and Ours: Designing the Decent Society*, Nova Iorque, Macmillan, 1993, 272 p., in-oitavo.
- Nunes (Manuel Jacinto), “Pluralismo metodológico e pós-modernismo na economia”, in Academia Internacional da Cultura Portuguesa, *Boletim* n° 24, Lisboa, 1997.
- Pirou (Gaëtan), *Introduction à l'Étude de l'Économie Politique*, Paris, Sirey, 1939.
- Popper (Karl), *A lógica da pesquisa científica*, trad. port. de Leonidas Hegenberg e O.S. da Mota, S. Paulo, Editora Cultrix, 2ª ed. 1972, 568 p., in-doze.
- Robbins (Lionel), *An Essay on the Nature and Signification of Economic Science* (1932), Londres, Macmillan, 3th ed. 1984.
- Schwartz (Pedro) et al. (Eds.), *Encuentro con Karl Popper*, Madrid, 1993
- Sen (Amartya), *On Ethics and Economics* (1991), trad. francesa: *Éthique et Économie*, Paris, PUF, 1993, 364 p., in-oitavo.
- Silva (Manuela) et alii, *Aspectos sociais e éticos da economia*, Lisboa, Comissão Nacional Justiça e Paz, 1994, 174 p., in-oitavo.
- Skinner (Andrew S.), *A System of Social Science - Papers Relating to Adam Smith*, Oxford, Clarendon Press, 1996, 293 p., in-oitavo.
- Smith (Adam), *The Theory of Moral Sentiments* (1759), Indianapolis, Liberty Fund, 1982. Reprodução fac-simile da edição da Oxford University Press, 1976. Edited by D.D. Raphael and A.L. Macfee.
- NOTA:** Existe também, desde há pouco, uma edição espanhola organizada por Carlos Rodrigues Braun: *La Teoría de los Sentimientos Morales*, Madrid, Alianza Editorial, 1997, 612 p. Esta edição é precedida por um estudo preliminar muito útil de Carlos R. Braun, o qual contém fontes bibliográficas espanholas sobre a obra de Smith.
- Smith (Adam), *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, trad. port. De Teodora Cardoso e L. Cristóvão de Aguiar, *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 2 vols, 1981 e 1983.
- Smith (Adam), *Essays on Philosophical Subjects*, Indianapolis, Liberty Fund, 1982. Ed. fac-simile da edição da Oxford University Press (1980), ed. by W.P.D. Wightman, com uma introdução de D.D. Raphael and A.S. Skinner,
- Spinoza, *Oeuvres*, 4 vols., Paris, Flammarion (Coll. “GF-Flammarion), 1997.
- Viner (Jacob), *The Long View and the Short* (1958), trad. port. *Ensaio Seleccionados de Jacob Viner*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- Young (Jeffrey T.), *Economics as a Moral Science*, Cheltenham, Edward Elgar, 1997, 225 p., in-oitavo.